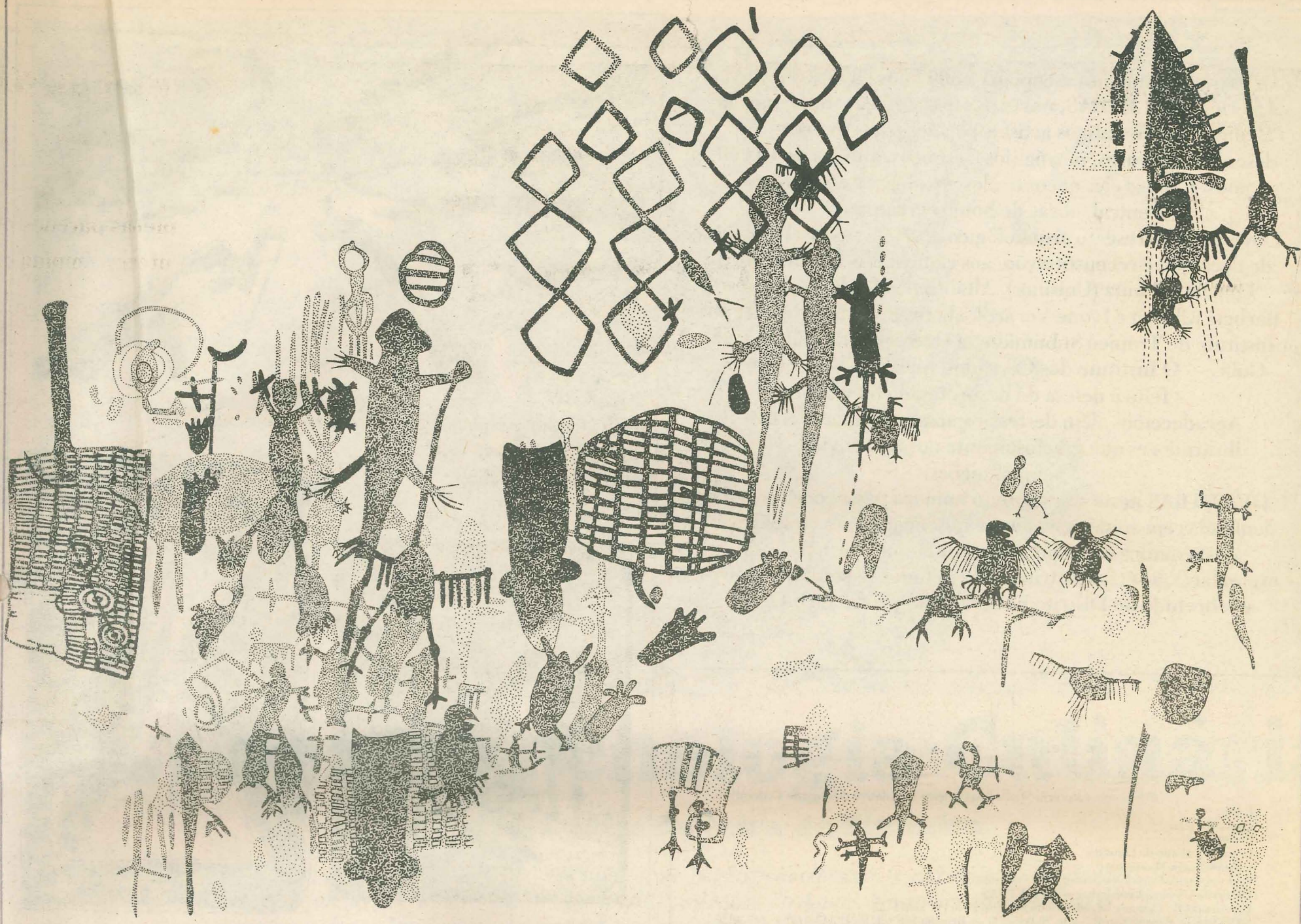


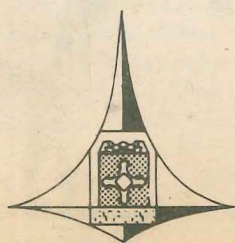


L • E • T • R • A • S



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Brasília, dezembro/1992 - Ano 1 - Nº 2



SUPLEMENTO CULTURAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

tesouras num tic tac animador até o sol se por. O jantar que não diferia das variedades do almoço era sempre servido com luz de lamparina, regado de aperitivos. Terminado o jantar, para encurtar a noite, formávamos uma roda de douridão, derivativo do jogo de Truc, com quatro ou cinco parceiros, em cujo divertimento permanecíamos até a meia noite ou mais, para depois procurar as fofas camas num descanso de algumas horas. Ao nascer do sol, depois do cafezinho da manhã, voltávamos à faina do dia anterior. Nos grandes marmelerais eram sempre três dias até terminá-los.

Terminadas as podas dos mutirões convidados, íamos dar as nossas traições nos marmeleiros mais distantes. Uma delas na fazenda Saia Velha, de propriedade da saudosa Dona Rachel Pimentel, onde chegávamos ao clarear do dia, cantados os versos rimados da "Traição" éramos fidalgamente recebidos pela dona da casa. Depois dos agrados costumeiros, começávamos a manejar as tesouras até o anoitecer quando terminávamos de podar o último marmeleiro. Depois do jantar o jogo de baralho até o sono chegar. No dia seguinte, sempre um domingo, íamos dar uma surpresa nos marmelerais de Eugênio Pereira Braga, fazenda Mesquita, que relutava em aceitar nossa ajuda, argumentando que "trabalhar dia de domingo ofende a Deus", mas acabava capitulando, sentindo-se satisfeito vendo os marmeleiros podados. Havia

podadores jocosos como José Gomes dos Santos, trazendo o Reginaldo Coutinho de canto chorado com as suas brincadeiras, mas sem ofendê-lo.

Outro mutirão muito agradável para a turma era o prestado ao Dr. Sebastião Machado na sua fazenda Riacho Frio. O Dr. Sebastião, quando Prefeito Municipal de Luziânia, na década de 30, baixou decreto criando estímulos para a cultura do marmeleiro. Quem plantasse mais quantidade de pés de marmelo teria um subsídio da Prefeitura. Ele deu o exemplo, cultivando na sua fazenda Riacho Frio mil marmeleiros, que se tornaram de primeira grandeza, sem se beneficiar da lei por ele decretada. A poda no Riacho Frio era interessante desde a viagem, atravessando o rio São Bartolomeu: os mais corajosos a vau, com a montaria quase a nado, molhando as pernas e nós, os medrosos, numa balça de madeira leve, improvisada pelo Compadre José Gomes. Mesmo assim, entrávamos temerosos sempre apupados pelas graçolas dos companheiros. O Dr. Sebastião, solteirão impenitente nos entregava a direção da cozinha, inclusive assar gostosas leitões. Os quitutes, a "la homem" saíam a tempo e na hora. Eram três dias puxados para dar conta de todo serviço".

O sistema de mutirão ainda hoje existe em pequena escala, mas a maioria das podas atualmente são feitas pelo trabalho assalariado.

Santa Luzia já teve os seus dias áureos nas plantações de

marmeleiros. Quase todas as fazendas tinham seus marmeleiros florescentes e sua pequena fábrica artesanal, quando o mesmo foi atacado por uma doença produzida por um fungo denominado "entomosporiose", destruindo e aniquilando quase toda a plantação do Município, isso a partir de 1940.

Vale lembrar que, para combater esta doença, Benedito de Araújo Mello, quando Deputado Estadual, conseguiu do Governador Jerônimo Coimbra Bueno, em convênio com o Ministério da Agricultura, um Posto de Defesa Agrícola (PDA) com o fim específico de cuidar dos marmelerais, tendo como chefe, Zacarias de Araújo Mello e auxiliares, Alípio Pereira Braga e Malaquias Teixeira de Magalhães, o qual funcionou de 1949 até o advento de Brasília.

Hoje existem várias fazendas que superaram a cura da doença, com tratamentos específicos, onde mantêm sua fábrica artesanal e onde podemos saborear esta deliciosa marmelada muito procurada por todos que a conhecem.

O fabrico da marmelada é sempre feito pelo sistema artesanal, cada fazendeiro tem sua pequena fábrica e cada um se esmera da melhor maneira para se obter um produto de alta qualidade.

Vou relatar em detalhes a técnica como se fabrica marmelada, desde os tempos de nossos antepassados e que é seguida até hoje. Primeiro, limpa-se a felpa do marmelo com uma fla-

nela ou panos limpos; parte-se-o ao meio, tira-se a semente com uma faca ou canivete. Depois, leva-se ao fogo para cozinhar com água suficiente. Em seguida moe-se o marmelo cozido na máquina de moer carne usada na cozinha, manual ou elétrica. Passa-se esta massa em uma peneira fina, a fim de se obter uma pasta sem caroços e assim obtem-se um produto pronto para ser juntado à calda.

Em segundo lugar, prepara-se a calda, usando quase sempre o açúcar cristal. Coloca-se o açúcar cristal em um tacho de cobre previamente areado com limão, com água suficiente. Faz-se então a depuração das impurezas, coa-se esta calda em coador de flanela e deixa-se ferver até se obter uma calda grossa, e assim estará pronta para ser misturada à massa.

Usa-se normalmente, 1,5 Kg de açúcar para 1 Kg de massa.

Passa-se a calda pronta para uma tacha maior, também de cobre, e vai-se colocando aos poucos a massa, mexendo sempre com uma pá de madeira grande, de cabo longo, confeccionada para este fim. Continua-se mexendo sempre, pegando todo o fundo da tacha, até obter o produto final. É quando, ao se mexer com a pá, vê-se o fundo limpo da tacha.

Obtido o ponto recomendado, desce a tacha e com uma concha, a marmelada é colocada nas caixetas previamente confeccionadas para este fim.

As caixetas são fabricadas pelo próprio fazendeiro, onde são instaladas as oficinas somente na época do fabrico da marmelada, geralmente no mês de Janeiro. A madeira usada é a própria da região e são usados dois tipos, a saber: O São José ou Caixeteiro e o Mandiocão. São madeiras que não deixam cheiro ou gosto quando secas. A caixeta tem dois tamanhos, a saber: 23 cm x 13 cm, e 35 cm x 20 cm. A marmelada constituiu e constitui fonte de renda para alguns pequenos fazendeiros. Sua produção não chega para quem quer. Antigamente, muitos deles programavam os pagamentos das dívidas confiados na safra da marmelada. Existiam os compradores habituais de todos os anos, que revendiam para as praças mais distantes, como Goiânia, Trindade, Araguari etc. É vendida no peso correspondente a uma arroba, ou 15 Kg, que correspondem a 08 caixetas. Hoje, provavelmente, 09 caixetas não dêem uma arroba.

Socialmente, a tradicional e apetitosa marmelada de Santa Luzia constitui um verdadeiro "Cartão Postal" da cidade de Luziânia.

Receber uma caixeta de marmelada é motivo de muita satisfação, na certeza de que trata-se de produto muito saboroso e de puro marmelo.

Jesus de Melo é médico e escritor.
Endereço para Correspondência:
HICS 703, Bl. "R", Casa 28
70.331.000 — BRASÍLIA — DF

Fixação de Fronteiras Geopolíticas na Colônia

Rio da Prata e Amazônia

Neste ensaio, o prof. Corcino Medeiros dos Santos, autor de diversos livros e artigos consagrados, oferece-nos com amplitude histórica como, entre espanhóis e portugueses, configurou-se a partilha da América do Sul nos tempos coloniais.

CORCINO MEDEIROS DOS SANTOS

Universidade de Brasília

As fronteiras luso-espanholas da América resultaram do entrelaçamento de forças antagônicas condicionadas por fatores geográficos, econômicos e políticos.

Na primeira metade do século XVI, Portugal tratava de reconhecer e assegurar a posse da terra através do litoral Atlântico.

A Espanha, por seu lado, tratava também de reconhecer as terras do Atlântico Sul. Enquanto seus conquistadores passavam das ilhas para terra firme e daí às "costas americanas do Pacífico, era natural que procurassem, pelo sul, o caminho que fechasse o círculo das suas conquistas" (1).

Várias foram as expedições

que partiram de Espanha com esse objetivo. Por volta de 1525 falou-se numas serras do interior que abrigariam muitas riquezas. A lenda dessas riquezas constituiu, por muito tempo, o estímulo para os aventureiros portugueses e espanhóis. Esse fato foi assinalado pela expedição de Aleixo Garcia que, acompanhada de uma comitiva de

centenas de índios, partiu do litoral de Santa Catarina e internando-se, atravessou "todo o continente, alcançando, pelo Alto Paraguai, Chuquisaca no Alto Peru" (2).

O litoral de Santa Catarina era assim frequentado tanto por espanhóis quanto por portugueses. É que por aí abria-se o caminho para os territórios de

abundante riqueza. Na verdade, o referido caminho era uma "estrada de índios que comunicava as nações guaranis do Paraguai e as do litoral Atlântico" (3). Mas não era apenas esse o trecho a ser frequentado por navegadores de ambas as nações ibéricas. Em Cananéia e Iguape, encontraram-se espanhóis e portugueses concorrendo simul-

taneamente para o povoamento do território.

Os choques não demoraram a ocorrer. Em São Vicente predominam os portugueses e em Cananéia os castelhanos. Estes avançaram até Iguape, de onde os portugueses procuraram desalojá-los.

Depois da Conquista do Peru, o ímpeto castelhano diminuiu. Os portugueses, por outro lado, agora ocupados com a produção de açúcar no litoral, vão também perdendo o entusiasmo com explorações em direção do Rio da Prata.

Os espanhóis porém continuaram à procura de Serra da Prata. "Os seus esforços tomam duas direções: a primeira é a do Rio da Prata, cujos afluentes e formadores vão sendo explorados e ocupados sucessivamente rio acima" (4). Buenos Aires é fundada em 1536 e em seguida, Assunção. Os estabelecimentos se multiplicam. Paralelamente a esta direção temos a outra via terrestre que seguia da costa, (em território hoje brasileiro) levando ao Paraguai, caminho esse inaugurado por Cabeza de Vaca depois de oficializar uma povoação castelhana em Cananéia. Traçou ele para os domínios de Espanha "Uma linha divisória que teria, se vingasse, excluído do Brasil o território dos seus três estados meridionais". Vê-se, portanto, que "os espanhóis, num amplo envolvimento apoiado no litoral e nos rios anteriores da Bacia Platina pareciam querer abarcar todo território centro-sul do Continente" (5).

Martinez de Irala, sucessor de Cabeza de Vaca alcançou a meta almejada pelos conquistadores, a famosa Serra da Prata (1549). Era Chuquissaca e identificava-se com o Peru, já conhecido dos espanhóis há 20 anos. Esse fato alterou o caráter da ocupação do Prata e seus afluentes. Daí em diante o Prata foi esquecido pelos conquistadores, porquanto a riqueza estava na Nova Espanha e no Peru. Os territórios do Rio da Prata conservaram somente os povoadores que já lá estavam e muito poucos vieram depois. Assim, a colonização avançou muito lentamente.

Caminhos e Mercadorias

Os mapas das colônias espanholas e portuguesas da América do Sul mostram duas grandes regiões, cujos centros de poder aparecem bem demarcados. Uma, de modo geral, abrange toda a Cordilheira dos Andes, desde a Venezuela ao Chile, abrindo-se a sudeste em direção do Rio da Prata e do Paraguai; e a outra pela costa Atlântica, desde as Guianas até o Rio Grande do Sul. Entre ambas fica uma enorme extensão de terras sem povoamento e sem ocupação pelos europeus. Daí dizem alguns autores "vazio demográfico" ou "terra de ninguém". Esse enorme espaço "vazio" contribuía mais para separar os domínios coloniais ibéricos do que para integrá-los.

O contato que havia entre as duas grandes regiões era através do contrabando ou de algumas expedições, de reconhecimento ou militares (6).

Na realidade, houve na América do Sul, na última fase do período colonial, vários espaços não conquistados, seja por seu particular contexto ecológico, seja por incapacidade de organizarem-se acampamentos militares permanentes. A existência desses espaços fora das fronteiras coloniais não nos induzem porém a incluir as zonas que, sem um controle dos estados colonizadores, ficaram integrados ao sistema mercantilista mundial, articulado a partir do século XVI.

Este sistema constituía o centro de articulação de diferentes modos de produção que, em escala mundial regulamentaram a circulação de mercadorias e a apropriação de excedentes. Houve regiões com menor intensidade de intercâmbio, mas nestes casos particulares, a função conectiva entre as economias hispanoandina e lusobrasileira é evidente, contrariando a tese da existência da existência de uma "terra de ninguém" entre o espaço político espanhol e o lusitano (7).

A rede de caminhos terrestre e vias fluviais habitadas ao tráfico, as linhas de fortificações e as próprias missões religiosas, correspondem a um modelo de povoamento com funções determinadas: produzir e veicular mercadorias locais ou importadas do mundo colonial ou das metrópoles, de modo a fortalecer os elos da cadeia do tráfico mercantil. Estes núcleos de povoamento não eram numerosos e possuíam pequena densidade populacional, mas deram acesso a zonas produtivas. Fator que permitia não só a sua auto-subsistência como também a formação de excedentes convertíveis em mercadorias. Neste sentido, a reformulação do povoamento, a adoção de novas táticas de redistribuição populacional e a incorporação de padrões organizativos doméstico-comunitários da produção destinada ao mercado colonial induziram a transformações que se tornaram possíveis com a integração dessas áreas periféricas ao sistema mercantilista global (8).

A reorientação da produção de mercadorias, tanto para o comércio lícito como para o contrabando, não produziu ali efeitos tão distorsivos como nas zonas mais povoadas e organizadas dos territórios submetidos. As diferenças culturais, sociais e tecnológicas entre as sociedades dessas regiões e as colonizadas explicariam o fenômeno. Levando-se em conta esta argumentação e as evidências empíricas que podem fundamentá-las chegaríamos à conclusão de que o sistema mercantilista organizou áreas de maior intensidade comercial e monetária e áreas de menor intensidade, mas igualmente comprometidas com a sobrevivência do sistema.

Dois Séculos de Conflitos

Na segunda metade do século XVI os espanhóis já estavam estabelecidos no Guairá, entre os rios Paraná, Paranapanema e Iguacu. A descoberta de metais preciosos, a necessidade de estabelecer uma ligação direta do Paraguai com o Atlântico e a de fazer frente aos portugueses, determinaram várias expedições hispânicas.

Foi assim que, por ordem de Irala, estabeleceu-se a povoação de Ontiveros "en el camino del Brasil", seguida de Ciudad Real. Esse avanço em direção ao Atlântico continuou com a fundação de Vila Rica del Espi-

no atual Rio Grande do Sul" (9).

Constituída em 1608 a Província Jesuítica do Paraguai (que abrangia Tucuman e o Rio da Prata), começaram a surgir, dois anos mais tarde, as famosas reduções que, em 1632, já somavam 18 povoados. Essas reduções jesuíticas, certamente apareciam como presas tentadoras para os bandeirantes paulistas predores de índios para escravos. De fato, em vez de tribos dispersas e aguerridas, os bandeirantes encontrariam índios cristianizados, pacíficos e reunidos em grandes povoados. Assim, durante o primeiro quartel do século 17 são inúmeras as expedições apresadoras incursio-

çaram a abandonar desordenadamente suas terras e a atravessar o Uruguai. "Os jesuítas espanhóis resolveram então transferir as aldeias para a mesopotâmia parano-uruguia o que ficou quase inteiramente realizado até fins de 1639" (11).

Mas nem assim ficaram sossegados, pois em 1641 foram de novo atacados. Dessa vez porém os padres tinham armado os índios com armas de fogo e os haviam organizado para se defenderem contra o ataque dos paulistas. Depois disso, os bandeirantes deixaram tranquilas por algum tempo as terras do sul e passaram a dirigir suas expedições para o Paraguai. Mas na segunda metade do século XVII voltaram a atacar objetivos meridionais, aproximando-se de Corrientes e Santa Fé.

Qual a explicação para a expansão do bandeirismo?

A primeira é de ordem econômica. Pois vivendo os paulistas de uma atividade de subsistência utilizaram-se da mão-de-obra indígena pelo fato de não terem poder aquisitivo para a compra do negro africano. Por outro lado, o desenvolvimento da atividade açucareira no nordeste e a guerra holandesa também estimularam o tráfico indígena. "A esse impulso do bandeirismo se juntou ainda outro: o desejo de encontrar pedras e metais preciosos, sob o incitamento constante dos governadores do Brasil e da própria Corte de Lisboa" (12).

Jaime Cortezão acredita que ao lado dos objetivos econômicos as bandeiras obedeceram também a objetivos geopolíticos, pois desde muito cedo os portugueses tiveram consciência da unidade geográfica, econômica e humana do Brasil: "Os elementos para a formação desse conceito receberam-nos dos índios que dispunham de uma cultura geográfica rudimentar, baseada num invulgar sentido topográfico, notável memória visual e a capacidade de percorrer rapidamente grandes distâncias e de as representar. A idéia da ligação entre as bacias amazônica e platina deve pertencer originariamente aos naturais da América do Sul" (13). Os portugueses apenas acrescentaram o conhecimento do litoral e da posição dos dois estuários à "representação restante, dando forma precisa e ideal significado político ao mito geográfico e social dos indígenas".

Tudo que hoje constitui a Argentina Ocidental e Setentrional, as províncias de Jujug, Tucuman, Salta, Catamarca, La Rioja, Cordoba, San Luis, San Juan e Mendoza, foi ocupado por colonos vindos do Peru e do Chile, que transpuseram os Andes e vieram se estabelecer em territórios geograficamente tributários do Rio da Prata. No Paraguai verificou-se mesmo um recuo. E, com consequência, o caminho terrestre do Paraguai ao litoral do Atlântico perdeu toda a sua importância (14).

Nestas condições a colonização portuguesa, partindo de São Vicente em direção ao sul, en-



Elder Rocha Lima

rito Santo. Já a fundação de Santiago de Xerez, no entanto, prenunciava a penetração espanhola no Sul de Mato Grosso.

Nessa obra de conquista do espaço territorial não se pode ignorar o papel da Igreja. No caso específico, "a ação dos missionários desenvolveu-se principalmente na direção de quatro regiões, a partir de Assunção. Ao Norte o Itatim, entre os rios Paraguai, Apa e Taguari, no atual Mato Grosso; a Leste o Guairá, correspondendo aproximadamente ao estado do Paraná; ao Sudeste toda a zona das margens do Paraná e do Uruguai (...) e ainda a chamada província do Tape, junto ao Jacuí,

nando sobre as reduções jesuíticas. Já tinham sido atacadas várias vezes quando a bandeira de Raposo Tavares (1629) arrasou por completo o Guairá, levando os índios escravizados (10). Depois desse desastre, os jesuítas espanhóis reuniram os índios que sobraram para estabelecer-se mais ao Sul, junto ao Rio Uruguai, no Itatim, onde ergueram quatro reduções. Sobre elas não tardaram a cair os paulistas, que as arrasaram, destruindo inclusive Santiago de Xerez.

Os jesuítas continuaram a fuga com seus índios, mas os paulistas continuavam a devastação. Causaram tanto medo entre os indígenas que estes come-

controu campo quase que inteiramente livre.

Enquanto porém a ocupação litorânea ocorria pacificamente, no interior ocorreram muitos choques. Depois da retirada dos espanhóis do Atlântico Sul, a ocupação portuguesa avançou, ocupando Laguna já no final do século 17. Daí para frente, até o Rio da Prata, não havia mais europeus. A inatividade dos espanhóis na defesa do seu patrimônio fez com que os portugueses, de um salto, levassem seus domínios até o Rio da Prata, fundando em 1680 a Colônia do Sacramento. A ação portuguesa precedeu à espanhola mas não teria sido resultado de uma maior visão política, como fez crer Jaime Cortesão, citado por Luís F. de Almeida. "É a consequência natural da expansão colonizadora de Portugal que impunha a defesa de territórios já ocupados e de outros próximos a ocupar" (15).

A colonização dos espanhóis se concentra então no Prata e baixo Paraná, com uma fraca infiltração pelo Rio Paraguai. Já a Colônia do Sacramento se localizou além dos limites que, por força da ocupação, cabiam ao domínio português, cunha de penetração nos domínios castelhanos. E, como era natural, os conflitos se iniciaram logo após a sua edificação e se prolongaram por quase dois séculos, terminando com a vitória castelhana.

O Grande Acordo e a Ocupação Amazônica

O esforço de ocupação do Brasil meridional é concentrado no decorrer da primeira metade do século 18, criando-se as bases para a fixação dos limites a que o Tratado de Madrid, de 1750, daria sanção legal. Nisto também os portugueses anteciparam-se aos espanhóis,

que somente na segunda metade do século despertam para a ocupação definitiva da Região. Nesta fase os conflitos se tornam mais intensos e se desenvolvem nas esferas política, diplomática e militar.

As dificuldades que os luso-brasileiros encontraram na ocupação do interior se devem ao fato de as vanguardas castelhanas estarem postadas ao longo dos rios Paraná e Uruguai. Mas a progressão destes não teria ultrapassado o rio Paraná sem o concurso das missões jesuíticas: "Com a expulsão dos jesuítas, o território das missões do Uruguai foi ocupado pelos castelhanos; somente a parte que fica à margem esquerda do rio se tornará definitivamente brasileira depois da guerra de 1801-3" (16).

Na expansão para o norte, os monarcas espanhóis atribuíram aos luso-brasileiros os direitos e obrigações da conquista e da ocupação. Durante essa penetração em direção a Oeste, definiram-se ainda mais as necessidades que condicionaram e explicaram a política adotada por Portugal e que lhe assegurou a posse territorial da Amazônia.

A penetração para o Norte, ao longo do litoral, visava fixar os limites da colônia e conter o imperialismo francês. Foi organizada pelo Estado e desenvolveu-se sob a sua orientação.

A ocupação de espaço no Oeste, ao contrário, visava satisfazer a objetivos econômicos de Belém e São Luís e decorrer da atuação das missões religiosas, ocupadas na tarefa de "amansamento" e de integra-

ção de milhares de índios à civilização cristã ocidental.

"A aventura de Pedro Teixeira, que subiu o Amazonas e atingiu Quito, no Vice-Reinado no Peru, pelas águas do Napo-Aguarico, (de lá baixando em direção a Belém em 1637-39), dera começo a essa irradiação", que resultou no estabelecimento, em 1639, da missão Franciscana que marcaria um foco de irradiação no interior da fronteira das duas monarquias ibéricas. Por outro lado, essa expedição impulsionou a penetração de sertanistas em busca de riquezas. Assim, a conquista do espaço será feita pela ação das tropas de resgate e pelas missões que foram se estabelecendo pelo interior adentro.

A edificação do Forte de Gurupá, ligada à empresa bélica contra holandeses e ingleses, serviu de apoio aos sertanistas e missionários que subiam e desciam o rio. Também serviu de proteção ao pequeno povoado de Gurupá, "onde se localizaram os religiosos da Companhia de Jesus e da Província da Piedade, os quais erigiram convento e hospital que acolheram sertanistas, missionários, gentio e funcionários civis e militares. Adiantando a penetração, sertanistas e missionários dirigiram-se ao Tapajós, ao Madeira, à bacia do Rio negro e Branco, e ao Solimões (17).

A partir de 1669, o Forte de São José do Rio negro, garantia os lusos que operam a expansão e em 1684 já se cogitava da edificação de um forte no Solimões.

Prosseguindo a irradiação da fronteira lusitana, aventureiros

e missionários alcançaram o Marañon, subindo e descendo o Napo. Assim, em 1707, dois capitães portugueses, à frente de "onze soldados e 200 índios aliados, atingiram a aldeia jesuítica espanhola de Santa Maria Maior de Jurimaguas, pondo em sobressalto os missionários espanhóis e seus catecúmenos. A partir de 1737, a presença de expedições portuguesas que subiam desde o litoral do Atlântico era constante. Em consequência, os aldeamentos dos jesuítas espanhóis foram sendo transferidos para os rios que levam águas ao Marañon. Ora combatendo os indígenas, ora catequizando-os, ora obtendo a sua colaboração, os sertanistas, os missionários, e as expedições militares luso-brasileiras percorreram as vias fluviais amazônicas, estabelecendo em suas margens feitorias, fortes e aldeamentos que marcaram a presença lusitana naquelas paragens.

No aproximar-se dos meados do século 18, a situação já era outra: as feitorias e os núcleos missionários multiplicavam-se. Havia comércio regular vigoroso entre Belém e a interlândia amazônica. Charles Marie de la Condamine (18) quando desceu de Quito (1743) em direção a Belém, encontrou o Solimões e o Amazonas com muitos estabelecimentos, que expressavam o volume do tráfico mercantil e a ocupação que os portugueses estavam realizando nas direções Oeste e Norte.

A expansão que os lusos realizaram na Amazônia, partindo do Atlântico, empurrando a fronteira em direção Oeste,

Norte e Sul, foi importante obra de ocupação do espaço geopolítico do Império português na América do Sul.

"A política que Lisboa traçou pelas cartas régias ou pelas advertências e indicações do Conselho Ultramarino, obedeceram às preocupações de manter-se na interlândia o domínio de Portugal, evitando-se providências drásticas que provocassem incidentes perturbadores da paz vigente entre portugueses e espanhóis", no vale do Amazonas (19).

O resultado mais próximo de tudo é que o enorme Vale, em sua maior extensão, a partir de meados do século 18 estava integrado ao Império Ultramarino português.

* Corcino Medeiros dos Santos é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, para onde pode ser enviada sua correspondência.

Notas

- 1 — Caio Prado Júnior — "Formação dos Limites Meridionais do Brasil", in *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1963. p.150.
- 2 — Idem op. cit. p. 152
- 3 — Idem op. cit. p. 152
- 4 — Idem op. cit. p. 156
- 5 — Idem op. cit. p. 157
- 6 — Daniel J. Santamaria — "Fronteras Indígenas del Oriente boliviano. La Dominación Colonial en Moxos Y Chiquito" en *Boletim americanista*, Ano XXVIII, nº 36. Barcelona, 1987. p. 197
- 7 — Idem op. cit. p. 198
- 8 — Idem op. cit. p. 199
- 9 — Luís F. de Almeida — *A Diplomacia Portuguesa e os Limites do Brasil Meridional*. Coimbra, 1957. p. 56.
- 10 — Idem op. cit. p.58
- 11 — Idem op. cit. p.59
- 12 — Idem op. cit. p.62
- 13 — Idem op. cit. p.62
- 14 — Caio Prado Júnior — op. cit. p. 158
- 15 — Idem op. cit. p. 161.
- 16 — Idem op. cit. p. 163
- 17 — Arthur Cesar Ferreira Reis: *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1498. p. 12.
- 18 — Idem op. cit. p. 13
- 19 — C.M. de La Condamine — *Relation Abregée d'une Voyage des l'Interieur de l'Amerique Meridionale*. Citado por Arthur C. Ferreira Reis.

A arte pobre

de Graciliano Ramos

Cassiano Nunes revisita aqui o centenário Graciliano Ramos, extraindo dois ou três segredos do genial reducionista alagoano.

Cassiano Nunes

Universidade de Brasília

Nesta época, em que se lê pouco, vejo ainda às vezes a apologia da leitura mas não posso dizer que aconteça o mesmo com referência à releitura. E, contudo, é preciso reler, reler bastante, não só para recuperar o perdido no esmorecimento da memória, no desgaste das lembranças, mas também para uma reinterpretação das obras e uma redescob-

berta das suas belezas, do seu valor, e, especialmente, do seu sentido. Pude, agora, felizmente, fazer uma experiência de releitura, que achei não só bastante compensadora em virtude do reexame do texto, como também muito esclarecedora quanto à utilidade específica da releitura. Cheguei à conclusão de que a mera leitura de uma obra não nos dá o conhecimento de

